
CONCEITO ESTRATÉGICO DE DEFESA
NACIONAL NA FUNDAÇÃO

António Eduardo Q. Martins Barrento

CONCEITO ESTRATÉGICO DE DEFESA NACIONAL NA FUNDAÇÃO (1)

1. INTRODUÇÃO

O título escolhido para esta reflexão — CONCEITO ESTRATÉGICO DE DEFESA NACIONAL NA FUNDAÇÃO — obriga-nos, como nota introdutória, a fazer alguns reparos, apontar certos erros em que vamos forçosamente incorrer e, até, levantar antecipadamente algumas dúvidas, porque o que se perde em hipotética certeza, ganha-se em curiosidade e segurança metodológica.

Um *Conceito Estratégico* é uma elaboração intelectual apropriada a um espaço geográfico e político, a um poder com capacidade para utilizar certos vectores estratégicos e a uma determinada conjuntura — é portanto percepção de um ambiente e rumo para uma acção.

Ao fazermos análises de conceitos estratégicos procuramos aferir, normalmente com fins didácticos, como eles se comportaram na execução, ou, num sentido perspectivo, prever a sua eficácia quando realizados em determinados cenários. Neste trabalho, porém, porque não existem provas documentais que nos permitam dizer qual foi o Conceito Estratégico presente na Fundação de Portugal, o nosso itinerário intelectual tem que partir da análise daquilo que a História indica como tendo sido feito, para tentar chegar às ideias que possam ter estado na sua origem e sido o seu princípio orientador.

Também de notar que a expressão *Nacional na Fundação* não tem uma significação linear, porque sobre a existência na Nação Portuguesa, na épo-

(1) Aproximação escrita da Conferência, com este título, apresentada ao Mestrado de Estratégia, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, em 1985 e 1986, no âmbito do estudo da evolução do Conceito Estratégico.

ca da Fundação, digladiam-se várias teses, que cabem num leque cujas referências principais são:

- A Nação como ainda inexistente;
- A Nação começando a ser forjada no próprio desafio da sua gestação;
- A Nação como uma realidade, representando aquele período, apenas, a aquisição da sua moldura territorial.

Aos escolhos do itinerário intelectual e à dificuldade da avaliação da intensidade do sentimento colectivo, devemos juntar que o adjectivo *estratégico*, porque vem da Estratégia, tem várias interpretações. Para não falar já do seu uso imoderado em todas as situações onde há planeamento, ou um adversário (da actividade empresarial ao futebol!), a noção de Estratégia não é pacífica e ainda, em nosso entender, porque lhe vemos como pano de fundo a guerra ou a ameaça de guerra. Temos essa ideia muito arreigada, porque pretendendo a Estratégia impor uma vontade, se a coacção com o espectro da guerra não a acompanharem afigura-se-nos impossível determinar onde acaba a Política e aquela começa, já que a níveis elevados até se confundem os agentes que as conduzem. Por esta razão não julgamos descabido relembrar a nossa interpretação do conteúdo da conhecida definição trinitária de guerra de Clausewitz:

Na guerra estão presentes um universo emocional ligado à violência, às paixões libertadas; um universo indeterminado onde cabe tudo aquilo que nela interfere e o Homem desconhece ou não controla e que, normalmente, atribui ao acaso; e um universo racional, a sua origem «nobre», que resulta da subordinação à Política.

Destes reparos preliminares decorrem algumas dúvidas, que não devem ser escamoteadas. Porque a guerra ou ameaça de guerra espreita atentamente a Estratégia, ao observarmos factos históricos, onde a guerra é dominante, só conseguimos ver a resultante do imbricado dos universos emocional, indeterminado e racional que a gerou e condicionou; ao utilizarmos uma metodologia que parte dos factos para a concepção que lhe está na origem não temos capacidade para isolar o que resultou do universo racional e está na linha da concepção estratégica, do que foi apenas obra do acaso ou da exaltação. Assim, nesta tentativa de descoberta da concepção, poderemos facilmente imaginar ideias que não existiram, ou desconhecer outras que, existindo, não se concretizaram.

Por outro lado, não estando a Estratégia desenvolvida e sistematizada, como acontece já nos nossos dias, é possível que os «estrategos» da época fossem como o Mr. Jourdain de Molière, que descobriu que toda a vida tinha feito prosa sem o saber — talvez eles fizessem Estratégia, desconhecendo que a estavam realizando. A Estratégia poderia ser uma actividade empírica, resultante do saber acumulado por milhares de gerações, desde o aparecimento do «homo sapiens»; poderia ser a colectivização do instinto de defesa, ou o seu encaminhamento em determinado sentido, por uma chefia, se tivermos uma visão heróica da História; a defesa poderia ser uma quase-lei da Física, de reacção à acção da ameaça; a ofensiva, porque é obtenção de ganhos por eliminação da vontade adversa, deveria ser uma «lei do físico» (do mais forte), um quase «apuramento das espécies», se aceitarmos uma lógica darwiniana aplicável a grupos e comunidades. Não estaremos então a complicar aquilo que foi simples, descobrindo elaboradas concepções intelectuais onde prevaleceu o sentimento, o instinto, o equipamento genético?

Acresce ainda lembrar a distância que nos separa dos factos que analisamos, a lenda que por vezes ainda os envolve e, até, o facto de não sermos indiferentes ao assunto, por sermos portugueses. Será que a poeira dos tempos e a possível visão perturbada pelo sentido nacional nos permitirão ver claro?

Dos reparos, erros e dúvidas aflorados parece legítimo extrairmos as seguintes conclusões prévias, que devem provocar uma atitude de prudência em relação às interpretações que iremos sugerir:

- A insuficiência documental torna inevitável que utilizemos uma metodologia de «inversão», do facto para o conceito, o que forçosamente comporta imprecisões;
- O trabalho representa uma certa ousadia, porque os recursos estratégicos são mal conhecidos, a lenda ainda veste parte da acção guerreira, o nosso primeiro Rei deslumbra, possivelmente a Nação emerge;
- Por honestidade intelectual não poderemos afirmar: É, não é, ou notem; teremos que nos limitar, mau grado a timidez, a dizer somente: pode ser, deve ser, reparem...

2. AMBIENTE

A Península Ibérica está dividida desde que em 711 Tarik atravessou o estreito que guarda o seu nome, como estivera cinco séculos antes dessa

data, entre Roma e Cartago; e a fronteira entre a Europa e a África, mais uma vez, não é a Porta de Hércules, mas uma linha que ondula ao sabor dos ventos da guerra, isóbara dos poderes em confronto.

São duas culturas em presença. Uma Cristã Ocidental, «aculturação» das culturas latina e bárbara (no sentido grego da palavra); outra Árabe, que absorveu na sua Hégira os sabores das civilizações mesopotâmicas, helénica (dos restos do Império de Alexandre) e norte-africanas.

São duas religiões. Ambas têm o sentimento da compreensão e tolerância, evidentes na atitude pedagógica face ao gentio (recordem-se as cartas de São Paulo ou a penetração «tranquila» da doutrina do Profeta na África Negra); a partir de Roma e Meca, ambas são expansionistas e procuram o ecumenismo através do fervor religioso; ambas acabam, por vezes, na intransigência, quando colocadas directamente face a um adversário com propósitos semelhantes.

São duas fronteiras. Uma plástica, que não é o encontro de vontades convergentes — linha de diálogo —, mas a marca amarga das vontades opostas — o traço da guerra; outra, com limites geográficos ainda mais indefinidos, esboça espaços onde se registam atitudes de tolerância em relação às populações do outro credo.

No topo da sociedade cristã, em Roma, está o Papa que é representante de Deus na Terra — logo, quase-divino; que é o sucessor de Pedro — logo, Rei entre os Reis; que é o árbitro entre cristãos, nos seus conflitos, na administração das tréguas de Deus, na interdição de certas armas demasiado letais, nas condenações que aplica — logo, juiz; que vela na Urbe, paternalmente, sobre a Orbe, prometendo a paz, no «post mortem», para os filhos do Império — logo, garantia da vida eterna.

Na Península estão os Bispos nas suas Dioceses, prolongamento da autoridade de Roma e grandes senhores feudais, amálgama dos poderes espiritual e temporal; as Ordens Militares que são o braço armada da Fé, símbolo da bravura, expoente dos valores da Cavalaria Medieval; e o Imperador que administra, na quase ilha, o império secular e é, também, libertador e defensor de lugares santos (aqui, do túmulo de Santiago).

O «Reino» Português, Condado Portucalense, engloba no início do Século XII as regiões de PORTUCALE e COIMBRA e estende-se do Minho ao Tejo. Nasce na doação, a título hereditário, dessa Região a D. Teresa e D. Henrique de Borgonha por D. Afonso VI e tem, como contrapartida, serem-lhe devidos ajuda militar, fidelidade e conselho.

A discussão sobre o nascimento da nacionalidade é, como sabemos, muito vasta e controversa, mas, sem a fazermos, deveremos reter as seguintes ideias:

- Estamos em plena Reconquista, o que significa haver um sentimento muito forte de se ter sido espoliado pelo infiel;
- Existe já um certo hábito autonómico no Condado, particularmente na Região de Portucale;
- A ameaça do muçulmano a Sul e dos normandos na orla marítima deve ter criado, nas populações, uma certa consciência das necessidades de defesa colectiva.

As formas de coacção então utilizadas seriam semelhantes às de hoje nas finalidades pretendidas, mas teriam certamente as tonalidades daquele tempo. Não existindo ainda os Estados, como actualmente os concebemos, nem a sua interdependência e «taylorização» das economias, que são consequência do Mundo Novo que os portugueses ajudaram a criar com a gesta dos Descobrimentos, nem também as concentrações de capital e tecnologia do nosso tempo, a coacção económica não tinha as formas sofisticadas e subtis com que hoje se apresenta.

Na Península do Século XII ela surgia nas acções de devastação e razia sobre o campo do adversário, sem preocupações de conquista territorial, mas procurando destruir as culturas, dificultar a sobrevivência, obter bens em proveito próprio e criar intranquilidade. Eram operações com tradição milenária (desde que o Homem se sedentarizou) e frequentemente realizadas por ambos os contendores. Sendo simples e possíveis de efectuar com forças reduzidas, concretizavam uma certa tendência para a destruição e rapina, aliviavam a pressão do adversário e obtinham, por vezes, resultados encorajadores.

A coacção militar era obviamente conseguida pelos aparelhos militares da época, onde se registava uma utilização profusa do «choque» (simbolizada nos golpes da espada ou da lança que dilaceram a carne do adversário); uma capacidade de «movimentação» derivada do deslocamento a pé, ou a cavalo, que se vai manter até ao século XIX; e pelo pequeno desenvolvimento da componente «fogo» (destruição à distância), que usava as mesmas armas há mais de 2000 anos — o arco, o dardo e alguns raros engenhos neurobalísticos de maior envergadura. Com estas características dos elementos fundamentais do combate a defesa em obras fortificadas é muito consistente; a

batalha campal é evitada e poucas vezes decisiva, o que faz com que a guerra se prolongue; desenvolve-se a arte do assédio com a dupla finalidade de minar as fortificações e o moral dos sitiados no mais curto prazo; as vitórias, quando conseguidas, são muito localizadas, devido a relativa independência da maior parte das fortificações.

A coacção psicológica era quase só a resultante das ameaças ao bem-estar produzidas pelas manobras de coacção económica e das ameaças à segurança derivadas da acção dos aparelhos militares.

Pode assim dizer-se, que qualquer que seja a componente da coacção que consideremos, domina a componente militar, o que torna oportuno tentarmos caracterizar as forças da época.

Devido à escassez demográfica e ao facto da guerra subtrair à agricultura importante força de trabalho, os Exércitos são pequenos e as operações são curtas, mas existe já no homem livre o sentimento da obrigação militar, sendo a duração e tipo de serviço doseados com a condição social, física e económica de cada um. A Hoste Real é constituída pelas mesnadas dos Ricos-Homens, a que se junta o potencial das Ordens Militares e das Forças Concelhias, que gradualmente vão sendo constituídas no Reino. A unidade militar fixa é o Castelo com a respectiva guarnição e a sua capacidade de defesa liga-se à consistência da fortificação, às disponibilidades logísticas e às possibilidades de apoio de outras forças.

A unidade elementar «de campanha» é a «lança», cujo elemento chave é o «cavaleiro» (simbiose da Infantaria Romana e da Cavalaria Bárbara), combatente montado, protegido pela armadura dos golpes do inimigo e pela fé das armadilhas da adversidade, actuando pelo choque, impulsionado pela bravura, acompanhado pelos seus pagens e seguido, quando necessário, pela peonagem humilde.

Em conclusão, o ambiente na Península Ibérica no século XII pode sintetizar-se da seguinte forma:

- A renovação da fé criou na cavalaria medieval um misticismo susceptível de ser utilizado na guerra contra o adversário religioso;
- O Bispo de Roma surge como árbitro da cristandade e apresenta uma certa capacidade de regulamentar os conflitos dentro do seu próprio sistema;
- Na Península Ibérica dos séculos XI e XII estão em presença dois grandes sistemas religiosos: o Cristianismo e o Islamismo;

- Os povos cristãos e islâmicos da Península julgam-se com direito ao território, por razões históricas ou de conquista;
- As duas doutrinas religiosas em confronto podem justificar uma certa coexistência pacífica, ou fornecer à guerra uma exaltada motivação;
- A Reconquista é um serviço cuja chefia é encarnada pelo «Imperador das Espanhas», sendo Portugal uma peça mais ou menos autónoma dessa manobra;
- A Reconquista representava, para a nobreza, uma «obrigação» de cavaleiros e cristãos, mas, para o povo, era também uma esperança de quebra da servidão;
- O vaivém da fronteira entre cristãos e muçulmanos está intimamente ligado ao estado de coesão política e às alterações de potencial de combate, entre os dois sistemas, nas várias épocas;
- As frequentes variações de fronteira são, também, uma prova da dificuldade de consolidar os territórios conquistados, em parte devido aos fracos contingentes demográficos;
- O reforço dos povos berberes do Norte de África, nos séculos XI e XII, Almorávidas e Almóhadas, traduziu-se em tentativas de reorganização do Império Islâmico e no recrudescimento da guerra contra os cristãos;
- O Portugal do «Condado» apresentava alguma homogeneidade, uma certa tradição administrativa e de organização do espaço, e um «costume» de separação da Galiza;
- No teatro de operações peninsular, onde as batalhas são poucas e raramente decisivas, a principal unidade de combate parece ser o castelo com a sua guarnição;
- O dispositivo dos castelos obedece a razões de defesa linear, em profundidade e apoio mútuo;
- Na guerra domina o choque, que está ligado à bravura, e a protecção colectiva; o fogo é, nesta época, um elemento secundário;
- Vivendo-se num período em que a defensiva tem vantagem sobre a ofensiva, as guerras são normalmente prolongadas;
- As operações militares mais importantes são o cerco e a defesa dos castelos; as incursões em território adverso são, porém, muito frequentes;
- A forma de coacção dominante é a coacção militar.

3. PROCURA DO CONCEITO

Na procura do conceito estratégico observámos quatro períodos, que já analisáramos em trabalho anterior⁽²⁾ e que parecem conter algumas indicações interessantes, porque dificilmente se entendem os factos neles registados se não imaginarmos as intenções que lhes estão na origem. Esses períodos são o das incursões na Galiza entre 1130 e 1137; o ano de 1137, com a Paz de Tuy e a reacção contra o Islão a Sul; as acções ofensivas sobre os baluartes da margem direita do Tejo, em 1147; e as acções posteriormente conduzidas além-Tejo.

a) As incursões na Galiza (1130-1137)

Em 1128 dá-se o encontro de S. Mamede onde a facção portuguesa que apoia o jovem Príncipe sai vencedora sobre as forças galegas que estão com D. Teresa. A partir deste momento, verdadeiro corte umbilical, AFONSO HENRIQUES passa a dirigir os destinos do Condado.

Em 1130 invade a Galiza para reivindicar Tuy e outras terras que haviam pertencido à sua mãe, aproveitando as dissensões internas que surgem no Reino de Leão e uma certa hesitação que se nota em Afonso VII de, apesar dos vínculos que prendem o Condado, exercer efectivamente a soberania.

A reacção de Afonso VII faz com que esta aventura se salde num fracasso, não tendo melhor sorte a acção realizada em 1132, que esbarrou na resistência dos condes galegos Fernão Peres e Rodrigues Vela.

No ano seguinte, porém, a sorte das armas sorriu à Hoste Portuguesa, que se apoderou da região de Límia e permitiu a edificação do Castelo de Celmes. Mas o Rei de Leão não podia aceitar esta afronta e, retomando Celmes, prende a sua guarnição e arrasa a vila.

Em 1135, o Concílio realizado em Leão, com a presença dos principais Prelados e Príncipes Peninsulares (estiveram ausentes os portugueses), decidiu atribuir a dignidade imperial a Afonso VII, que

(2) — «AFONSO HENRIQUES, a Guerra e os Objectivos Nacionais», publicação da Direcção do Serviço Histórico Militar, 1983.

ali foi coroado solenemente — era a consagração do título de «IMPERATOR HISPANIARUM» que Afonso VI usara já no fim do século anterior. Naquele mesmo ano, na faixa Portucalense, edificava-se o Castelo de Leiria, que passava a garantir maior segurança às populações da Região de Coimbra e liberdade de acção à Direcção do Condado.

Em 1137, teimosamente, AFONSO HENRIQUES volta à Galiza, explorando a tensão então existente entre o Imperador e o Rei de Aragão e Navarra, conquista Tuy e vence os leoneses em Cerneja. À primeira vista o objectivo militar máximo dessas acções é a conquista de território; o mínimo a criação de um clima de insegurança. Mas os ganhos territoriais que por duas vezes foram conseguidos, em Celmes e Tuy, perdem completamente o sentido caso se mantenha a subordinação vassálica. Esta acção persistentemente conduzida sobre a região galaica, em ofensivas de objectivo limitado e em momentos de dificuldade para Afonso VII parecem ser mais um afrontamento à sua autoridade, uma insatisfação em relação ao «status quo».

É possível que se trate apenas dos afloramentos de uma luta feudal, onde o Príncipe reivindica terras que pertenceram a D. Teresa, ou pretende prolongar a acção punitiva sobre os nobres galegos, o que se enquadra plenamente na mentalidade da época. É, todavia, possível levantarem-se outras hipóteses.

AFONSO HENRIQUES julga ter direito aos territórios que invade, não para si mas para o Condado, ou pretende uma consolidação da fronteira norte, o que nos leva a supor estarmos em presença do objectivo de obtenção ou garantia da integridade territorial. Note-se que, mesmo que se considere a fronteira então existente como adquirida, o facto de se combater para além dela não invalida a prossecução daquele objectivo, porque sendo eminentemente político pode a estratégia aconselhar, função de diversos factores, que a acção militar se exerça aquém, sobre a fronteira, ou além dela (mais ou menos profundamente no território do adversário).

Aliás, a simples observação de vários conflitos actuais prova com exuberância esta atitude face ao objectivo de se manter a integridade territorial.

Com maior probabilidade, porém, aquelas incursões são, acima de tudo, um afrontamento à autoridade de Afonso VII, houvesse ou não intenção de alargar o território do Condado para norte — pretenderiam a quebra do vínculo de vassalagem, a maior autonomia, abrir o caminho à independência política. Porque AFONSO HENRIQUES para além do período considerado e mesmo depois da independência continuou a realizar acções na Galiza, é possível que desejasse, de facto, aumentar o Reino com aquela província. Mas se assim era já no período de 1130 a 1137 e porque não é admissível que o Imperador assistisse impassível a essa amputação, mais evidente se torna o objectivo da independência e mais intrigante se revela o substracto comum entre galegos e portugueses, que poderia ser bem mais forte que aquilo que ainda hoje nos deslumbra, da continuidade dos «espigueiros» na paisagem física, às curiosidades da língua na paisagem cultural.

De qualquer modo, aquelas acções repetidas, a tensão quase permanente e a ameaça de reacção do Imperador (que pendia como espada de Dâmocles sobre cada incursão realizada) deveriam, certamente, aumentar a coesão entre os portugueses. É que as Nações constroem-se e consolidam-se quando surgem ameaças, nas crises, nas provações, na ocupação estrangeira, no ultimato, no esforço convergente para a realização das grandes obras colectivas — é a percepção daquilo que liga os homens; a colectivização do instinto de defesa; o orgulho do sonho realizado pela comunidade; e, até, a libertação colectiva e quantas vezes histórica e inconsequente da raiva.

Talvez uma das razões por que parece esbater-se actualmente a coesão entre os portugueses seja, diferentemente de outras épocas, o facto da ameaça ser mais indefinida, o que não significa que seja menos perigosa.

b) A Paz de Tuy (1137)

Em 1137, com a invasão da Galiza, a conquista de Tuy e a vitória de Cerneja, parece ter mudado a sorte das armas a favor de Portugal, mas estes sucessos não podem ser explorados porque os muçulmanos atacam Leiria, trucidam a sua guarnição e infligem, também, uma pesada derrota aos portugueses nas margens do Nabão.

A situação na fronteira sul torna-se preocupante, porque Coimbra passa, mais uma vez, a ficar ameaçada pelas incursões infiéis e com ela o Reino.

AFONSO HENRIQUES encontra-se face a duas ameaças, a leonesa na fronteira galega e a infiel a sul, às quais não pode responder simultaneamente, por insuficiência de forças. Continuando a acção a norte, todo o território está ameaçado a partir da fronteira sul; voltando-se deliberadamente para sul, o futuro do Reino passa a estar ameaçado por Afonso VII. Vê-se então obrigado a aceitar a Paz de Tuy e a reiterar a obediência ao Imperador, mas ganha a liberdade de acção que necessita para acometer militarmente a sul. Apesar das opiniões contraditórias que existem sobre a interpretação deste Tratado, onde surgem reiterados os vínculos da vassalagem que os anos tinham desvanecido, não se pode falar linearmente de uma derrota, porque foi respeitado o limite norte do Reino e Afonso VII garantiu, deste modo, a acção de um fronteiro «valeroso» contra um inimigo comum. Parece pois admissível estarmos em presença não de uma vitória leonesa, mas de um reconhecimento de «primus inter pares», que significa a aceitação da individualidade de Portugal e é sintoma de independência.

De notar que não sendo possível explorar a vitória conseguida a norte e, simultaneamente, afastar o perigo muçulmano a sul, AFONSO HENRIQUES escolheu e actuou decisivamente sobre a segunda ameaça, o que demonstra a aceitação de uma prioridade lógica, uma escolha criteriosa.

A ameaça a sul desgastava as populações, os seus bens, e punha mesmo em perigo a viabilidade do Reino; pelo Tratado de Paz apenas a independência ficava adiada. Poder-se-ia ter obtido a cobertura a norte pela fractura das forças, mas porque o risco de serem derrotadas em duas frentes eram muito elevado, seria aconselhável a acção diplomática que conduziu à Paz de Tuy.

Estamos em presença de uma noção de estratégia global, onde se nota o acerto em utilizar as formas mais apropriadas para a resolução dos problemas que surgem, ou seja, a clarividência na percepção das ameaças e a utilização dos vários vectores estratégicos

de acordo com a sua aptidão. Se perscrutarmos os objectivos pretendidos, sem dúvida que a Paz de Tuy prejudica o provável objectivo da independência, porque foram renovadas as promessas de obediência a Afonso VII, mas esta atitude não significa o abandono daquele propósito, porque se trata apenas da sua transferência para uma ocasião mais propícia.

Mais clara é a intenção da garantia da integridade territorial: a norte, porque na Paz de Tuy se conseguiu que fosse respeitada aquela fronteira; a sul, porque a acção militar desenvolvida permitiu afastar o perigo muçulmano. Pode então dizer-se que este objectivo foi totalmente conseguido, o que parece provar a prioridade em que era tido e que existia a consciência da necessidade daquele espaço para a sobrevivência da comunidade Portuguesa.

Importante parece, também, para a coesão nacional, a rapidez e a consistência da resposta que foi dada ao adversário religioso. Ela era importante para a confiança recíproca entre administrador e administrados que é elemento fundamental da coesão, sendo difícil acreditar, caso não tivesse surgido aquela reacção, que as populações sobre permanente ameaça não começassem a discordar da Direcção Política, o que possivelmente inviabilizaria o Reino. A insegurança é sempre geradora de mal-estar e torna-se grave quando se perde a esperança de se inverter essa situação; quando controlada e conscientemente assumida é factor de união entre os homens e de vitalidade das Nações, porque surgem clarificados os valores que se preservam e os sacrifícios que se fazem.

Como já fizemos notar, estes acontecimentos de 1137 merecem especial relevo porque na impossibilidade de se obterem cabalmente todos os objectivos que parece terem orientado a acção em anos anteriores, adiou-se deliberadamente a procura da independência política. Contrariamente ao que uma análise menos atenta nos conduziria, aquele adiamento não significa o seu menor valor, mas o seu comandamento sobre os restantes: sem essa atitude o território e as populações ficariam ameaçados e sem eles não haveria Reino; sem uma Direcção Política do Condado prestigiada e inspiradora de confiança não haveria coesão... e desse modo seria desnecessária a independência política.

c) Acções de 1147

No início de 1147 AFONSO HENRIQUES manda reconhecer Santarém, «belicósissimo padastro inimigo» que «por sua situação inexpugnável desafiava qualquer tentativa de ataque a viva força»⁽³⁾ e organiza uma expedição no maior segredo. Após uma marcha por etapas, efectuada com a cumplicidade da noite, o Rei e um pequeno grupo de guerreiros apoderaram-se da cidade, por surpresa. Em 15 de Março, Santarém torna-se definitivamente portuguesa.

A conquista de Lisboa, porém, não poderia ser obtida da mesma forma, porque se gastara o efeito da surpresa, a cidade estava mais resguardada no interior do território adverso, e porque era bem mais importante, populosa e consistentemente defendida pela própria natureza e pelas obras defensivas edificadas.

Mas o potencial de combate dos portugueses fora substancialmente ampliado pelo prestígio que o Rei e Reino haviam conseguido com a conquista de Santarém, razão que certamente pesou para que o Bispo do Porto, D. Pedro de Pítoes, conseguisse o auxílio dos Cruzados que, rumando à Terra Santa, tinham tocado aquele porto.

Foi possível, desta forma, após um cerco formal, algumas tentativas e muitas dificuldades, conquistar Lisboa no final do mês de Outubro. A sua queda arrastou a de Sintra, Almada e Palmela e permitiu que fossem retomados os limites do Condado, cuja defesa havia sido confiada ao Conde D. Henrique.

Sob o ponto de vista militar alcançou-se, no obstáculo do Tejo, uma fronteira bem mais segura que a anterior, onde não existiam barreiras orográficas ou hidrográficas de valor. Além disso, a campina alentejana ficava agora à mercê das ofensivas cristãs.

Sendo Lisboa e Santarém os dois grandes objectivos que materializavam a conquista desta linha e dado o valor de cada uma destas cidades, só a sua conquista sucessiva, como foi feito, poderiam garantir o sucesso global da operação efectuada. De salientar que as modalidades tácticas adoptadas em cada caso foram as mais convenientes; que houve nas duas acções uma rigorosa adequação dos meios aos objectivos; e que sem a intervenção do vector diplomático

(3) In «De Expugnatione Scalabis» Portugaliae Monumenta Histórica, Script.

(a acção de D. Pedro, junto dos Cruzados, no Porto, foi reiterada por AFONSO HENRIQUES, quando da sua chegada a Lisboa), que obteve aquele precioso auxílio externo, Lisboa não estaria ao alcance da reduzida Hoste Portuguesa.

Não saberemos talvez nunca se a adequada programação e calendarização das duas operações foi obra de uma genial concepção estratégica, ou se o acaso permitiu o valioso e oportuno auxílio dos Cruzados. Mas o que conhecemos já é suficiente para afirmarmos que, caso a entrosagem das acção não tenha sido tão premeditada quanto o desenrolar dos acontecimentos parecem sugerir, a ocasião que surgiu foi aproveitada da melhor forma. E se isto é eminentemente oportunidade na acção, não afasta a existência de um conceito estratégico, que neste caso foi exequível devido às condições favoráveis que sagazmente se não desperdiçaram.

É curioso notar-se que já nessa época as fronteiras árabes estavam na Palestina e a sul de Portugal, sendo o nosso País ponto de passagem obrigatória para «forças de intervenção» em movimento para o Médio Oriente...

Em relação aos objectivos que se pretenderam alcançar com as operações de 1147, julgamos não haver alteração em relação aos que havíamos já notado em períodos anteriores. A integridade do território conseguiu-se pelo realinhamento da fronteira nos limites do antigo Condado e pela obtenção de uma maior segurança; a coesão saiu forçosamente muito robustecida pela importância dos feitos realizados; quanto à independência, apesar de já ter sido obtida em Zamora, havia 4 anos, o prestígio das conquistas de 47 tinha certamente o valor de uma consolidação.

d) Acções Além-Tejo

Após um período em que se destacam as preocupações de ordem administrativa do nosso primeiro Rei, nas doações e no povoamento, com que procurava também consolidar e garantir a posse do território recentemente conquistado, no final da década seguinte a acção guerreira prossegue em direcção ao sul. Em 1158 cai Alcácer do Sal e, em 1159, AFONSO HENRIQUES conquista Évora e Beja. A ofensiva Almóhada de Benaféce faz com que Beja seja abandonada

e Évora perdida em 1161. Mas logo no ano seguinte uma força concelhia de Santarém conquista Beja e a figura legendária do Geraldo avança, vitoriosamente, sobre Évora, Trujilho, Cáceres, Alconchel, Serpa e Joromenha, que vai acrescentando ao Reino ao longo dos anos de 1165 e 1166.

Apesar de estarmos numa zona tradicional de fossados, as acções ofensivas efectuadas têm a marca da conquista territorial, ainda que muitas se desenrolem sem a intervenção do Rei, parecendo ter havido a ideia de manter a pressão sobre o infiel, sem contudo afrontar Leão e Castela com a presença de AFONSO HENRIQUES, naquilo que poderiam ser legítimas ou hipotéticas pretensões daquele Reino.

Tendo sido já alcançada e, em parte, consolidada a independência de Portugal, será que estamos em presença de um novo objectivo, de expansão ou cruzada, que ainda não se tinha revelado? Ou simplesmente face a um aventureiro venturoso, cuja fidelidade ao Rei e ao Reino lhe dilatam as fronteiras?

Possivelmente nenhuma destas hipóteses é correcta, ainda que não neguemos a possibilidade desses dois impulsos. Mas não será natural pensar-se que se Portugal se não expandisse para o sul que seria o Reino de Leão e Castela a fazê-lo? E, se assim sucedesse, poderia Portugal suportar esse duplo envolvimento na Galiza e no Alentejo? Não seria mais natural, com tão extensa fronteira e estranha posição geográfica face a um vizinho poderoso, que Portugal fosse «deglutido», o que significaria a perdição do Reino?

Sem buscarmos fundamentos alicerçados em teorias tão modernas e controversas como a do «espaço vital», que todavia nos ocorrem, parece-nos flagrante (pela simples observação do espaço e situação do Condado) a necessidade que haveria de evitar a todo o custo o «cerco» que se concretizaria com a expansão «unilateral» do país vizinho na sua política de reconquista. Controlando a Galiza, Leão e Castela, caso reivindicasse toda a região a sul do Tejo, a grande potência ibérica em gestação criaria uma fronteira terrestre muito extensa e uma situação de quase-hegemonia que dificultaria ou impediria a existência de Portugal. Se a charneca alentejana continuasse em poder dos muçulmanos persistiria a dupla ameaça, ou manter-se-ia a possibilidade da região vir a ser conquistada pelo país vizinho.

Temos, pois, que a noção de integridade territorial e a própria independência aconselhavam que Portugal avançasse decisivamente e em antecipação para Sul. Além disso, se a independência «de facto» fora obtida em Zamora, faltava o reconhecimento «de jure», que só ao Papa competiria.

A melhor maneira que Portugal tinha de afirmar e demonstrar sem reticências a sua independência, em Roma, era prosseguir «independentemente» a Reconquista, a acção contra o infiel a sul do Tejo. A Bula «Manifestis Probatum» de 1179, que é o reconhecimento formal da independência do Reino, parece confirmar esta suposição. Apenas a coesão entre os portugueses parecia sair enfraquecida com esta acção, porque um maior espaço dificultava o exercício da direcção política e diluía a densidade demográfica. Mas esta fraqueza deveria ser compensada pelo orgulho da obra colectiva construída e pelo estreitar da ligação entre o Rei e o Povo. Mais tarde Vitória viria a chamar a este tipo de relação um «contrato de sujeitos», tão frequentemente verificado em Portugal quando desfolhamos a nossa História; tão dinamizador da consciência da nacionalidade, em todo o mundo; tantas vezes apontado como destruidor da feudalidade (em Portugal, possivelmente, criador de um feudalismo «sui generis»); tão prenunciativo (aqui precocemente) do nascimento do Estado Moderno.

Assim, mantiveram-se neste período os três grandes objectivos que parecem ter sido sempre a orientação da acção estratégica de AFONSO HENRIQUES: a independência política, a integridade territorial e a coesão dos portugueses.

4. CONCLUSÕES

a) As Interpretações

A guerra foi um factor para a obtenção da Autonomia Política — a Guerra serviu a Política; a Guerra utilizou o sentimento comunitário e a religião como motivação, como intensificador da actividade bélica, como emoção; a Guerra forneceu também eventos que não têm uma explicação inteligível; enfim, a Guerra esteve sempre presente no nascimento de Portugal, nas suas várias facetas. Talvez por

isso, voltando à definição trinitária de Guerra de Clausewitz, haja três grandes correntes que tentam explicar o nascimento de Portugal:

- *A subordinação à política faz realçar a importância da Direcção Política, que para alguns é a pedra angular da Fundação;*
- *A violência, o ódio, a animosidade (o elemento emocional) sublinham o sentimento de Comunidade, acrescido da força da Religião;*
- *O jogo das probabilidades e o acaso, gerando o que não é explicável, dão guarida à visão providencial... houve designios de Deus, noção que se instalou no inconsciente colectivo ao longo de séculos (4).*

b) Uma Condição Favorável

Observando a História verificamos repetidas vezes que a incapacidade de defesa de um território, por determinado poder, tem conduzido à «delegação» da Missão de Defesa. Porque esta delegação é cedência de autoridade em algo essencial ligado a sobrevivência da Comunidade — a sua segurança — surgem facilitadas as condições para a autonomia do poder, por parte de quem, de facto, exerce essa missão.

O Império Romano do Ocidente «esfuma-se» quando a defesa do «limes» é entregue aos bárbaros locais.

Nesta óptica e apesar da História se não repetir, no Portugal nascente, com a cedência da defesa a um «fronteiro valoroso», parece terem-se criado condições que facilitaram a autonomia.

c) Um Precursor

Terá sido AFONSO HENRIQUES um precursor?

- Apesar de apenas considerado «Dux Portucalensis» pelo Papado até 1179, AFONSO HENRIQUES agiu desde 1143 como REX, ou seja, foi Rei antes de o ser;
- Apesar do Bispo do Porto ter dito aos Cruzados que «a guerra justa é a que se faz para reaver o que é nosso ou para repelir os inimigos», parece-nos que a guerra foi necessária para que fos-

(4) — É na dialéctica destas posições que se situa a controvérsia do Séc XIX sobre a Batalha de Ourique.

sem atingidos certos objectivos. Logo, na acção guerreira do nosso primeiro Rei, confirma-se a máxima de Maquiavel, de que «a guerra é justa quando é necessária», o que dá ao nosso Rei um tom maquiavélico, «avant la lettre»;

— Apesar da guerra ter sido feita com várias finalidades, porque não parece haver dúvidas que ela foi utilizada como instrumento da Política, AFONSO HENRIQUES foi clausewitziano com 7 séculos de antecipação.

Será, então, que o nosso primeiro Rei foi de facto um precursor, ou esta lucubração é apenas o resultado de uma imaginação delirante ou de um nacionalismo estreito?

d) A Tríade

Função da análise efectuada parece pacífico aceitar-se existirem ameaças sobre a Comunidade Portuguesa e notar-se um sentimento de defesa que indica existirem valores a preservar — possivelmente o «sentimento de coesão» e o «lar», emanações daquela *população* naquele *território*. Estamos assim face a dois valores que deveriam ser conservados.

A conquista da independência política, que também se regista, era, por inexistente, um valor a adquirir.

Com aquilo que se tinha e se deseja ter, temos a Tríade — uma população, um território e um poder político independente — que, segundo Jellinek, define um Estado Moderno.

Se assim for, a gestação de Portugal é, com uma certa precocidade, o aparecimento de um Estado Moderno.

e) Existência de Concepção Estratégica

Apesar de haver outras análises com conclusões diferentes, a observação deste período de quase 50 anos da nossa História parece permitir-nos dizer, sem violência intelectual, *que se nota uma intencionalidade na prossecução de certos objectivos*. Ou seja, mais ou menos desenvolvida, uma concepção que visou objectivos como a obtenção da independência, a integridade territorial e a coesão dos Portugueses.

Se assim for e porque houve um universo hostil e a coacção foi o meio para a consecução desses objectivos, existiu uma concepção estratégica.

f) Evolução da Concepção Estratégica

- Se considerarmos que a integridade do território conduziu à obtenção, numa primeira fase, dos limites do Condado e, mais tarde, à saída desses limites;
- Se considerarmos que a coesão dos portugueses obrigou primeiramente a eliminarem-se as forças centrífugas e, numa segunda fase, a fundir e ampliar os traços de união;
- Se considerarmos que a ideia autonómica inicial foi obter a independência, mas depois houve que consolidá-la;

ao longo do período considerado, ainda que se observe uma constância de propósitos, já se verifica uma evolução dos objectivos a atingir, logo, do conceito estratégico.

g) A Concepção Estratégica

Parece podermos dizer que no período considerado esteve presente uma concepção estratégica que em termos actuais poderia ter a seguinte leitura:

«Defender o Portugal-Condado contra todas as ameaças, utilizando os recursos materiais disponíveis, ampliados pela força anímica das populações, com vista a garantir a independência nacional, a integridade do território e a coesão entre os portugueses, para edificar o Portugal-Estado-Nação-Soberano.»

António Eduardo Q. Martins Barrento

Coronel